

Avaliação *Ex-ante* e Avaliação Ambiental Estratégica
Programa Operacional de Lisboa

Avaliação Ambiental Estratégica

Resumo Não Técnico

Relatório Ambiental Final

Outubro2014

1. O QUE É A AVIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

O presente relatório constitui o Resumo Não Técnico (RNT) da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional da Lisboa (de acordo com a alínea j) o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), e consubstancia uma síntese do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (enquadramento e processo de avaliação); uma síntese dos efeitos significativos e recomendações; indicações sobre a divulgação e consulta do RA. Os conteúdos deste documento assentarão numa estrutura específica e orientada precisamente numa ótica não técnica, de forma a assegurar os objetivos do público-alvo a que se destina.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I a IV do presente diploma e que dele fazem parte integrante;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do presente diploma e de mais legislação aplicável;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

No âmbito específico da presente proposta, esta inclui-se na alínea c): planos e programas qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

A preparação do Programa Operacional da Região de Lisboa para o período de programação 2014-2020, dos Fundos Europeus e Estruturais e de Investimento (FEEI), deverá ser acompanhada por um processo de AAE cujas elegibilidades previstas apresentem uma evidência de materialidade que impliquem efeitos no ambiente, nos termos designadamente do n.º 5 do artigo 3.º da Diretiva 42/2001/CE/, de 27 de junho, e de acordo com os “critérios de significância” enunciados no Anexo II desta diretiva.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível da elaboração do POR Lisboa pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante esta fase e antes da sua aprovação, contribuindo para assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro alargado de sustentabilidade; assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão; auxiliar na identificação, seleção e justificação das opções ganhadoras face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;

identificar problemas e oportunidades, bem como sugerir programas de gestão e monitorização estratégica; assegurar o envolvimento de todas as partes interessadas, assim como processos participativos e transparentes.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina, juntamente com os processos de avaliação *ex-ante*, que processos como o POR Lisboa, que apresenta ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possa ser eficazmente elaborado, implementado e monitorizado. Nesse quadro, a metodologia proposta para a AAE da elaboração do POR Lisboa pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação.

2. QUAL A METODOLOGIA UTILIZADA?

A metodologia definida no âmbito da presente AAE vai de encontro ao cumprimento do objetivo global deste processo, definido pela Diretiva da AAE:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável” (artigo 1.º).

Assim, o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do POR Lisboa em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com as boas práticas e experiência nacional recente em matéria de AAE, os objetivos que presidirão à realização da AAE, e conforme o respetivo Caderno de Encargos, são:

1. Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
2. Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
3. Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
4. Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
5. Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
6. Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O desenvolvimento e resultados deste processo são apresentados em sede do Relatório Ambiental (RA) Preliminar. Esse relatório é submetido a consulta, juntamente com o RNT, das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas (ERAE), sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da implementação do PO, tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, bem como às instituições ou especialistas de reconhecido mérito na atividade objeto de consulta e ao público em geral. Estas consultas ocorrem num prazo de 20 (vinte) dias, juntamente com a proposta do PO. Após esta consulta, e com base na ponderação e integração dos pareceres e recomendações emitidos será elaborada uma nova versão do RA Final, tendo em consideração as consultas realizadas, e um relatório de ponderação aos contributos recebidos a integrar na versão final do RA.

Posteriormente, e após a entrega do RA versão Final e com a aprovação da versão final do POR Lisboa será elaborada a Declaração Ambiental (DA) que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, deve conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais do Relatório Ambiental que foram integradas no Programa;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas, na fase de discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundaram a aprovação da proposta de PO à luz das outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas

Assim, e em conformidade com as orientações da legislação, a AAE apresenta três momentos distintos, cujo encadeamento é apresentado na Figura 2.1, sendo que o presente relatório constitui-se como um produto da Fase 2 da AAE.

Neste seguimento, o processo de AAE foi então estruturado em torno de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) selecionados de acordo com as especificidades do Programa, do Quadro de Referência Estratégico orientador (que contém as principais políticas, programas e estratégias e que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial – Quadro 2.1) e do território em questão (Quadro 2.2), quer ao nível da caracterização da situação atual, quer na avaliação estratégica dos efeitos da elaboração do POR Lisboa.

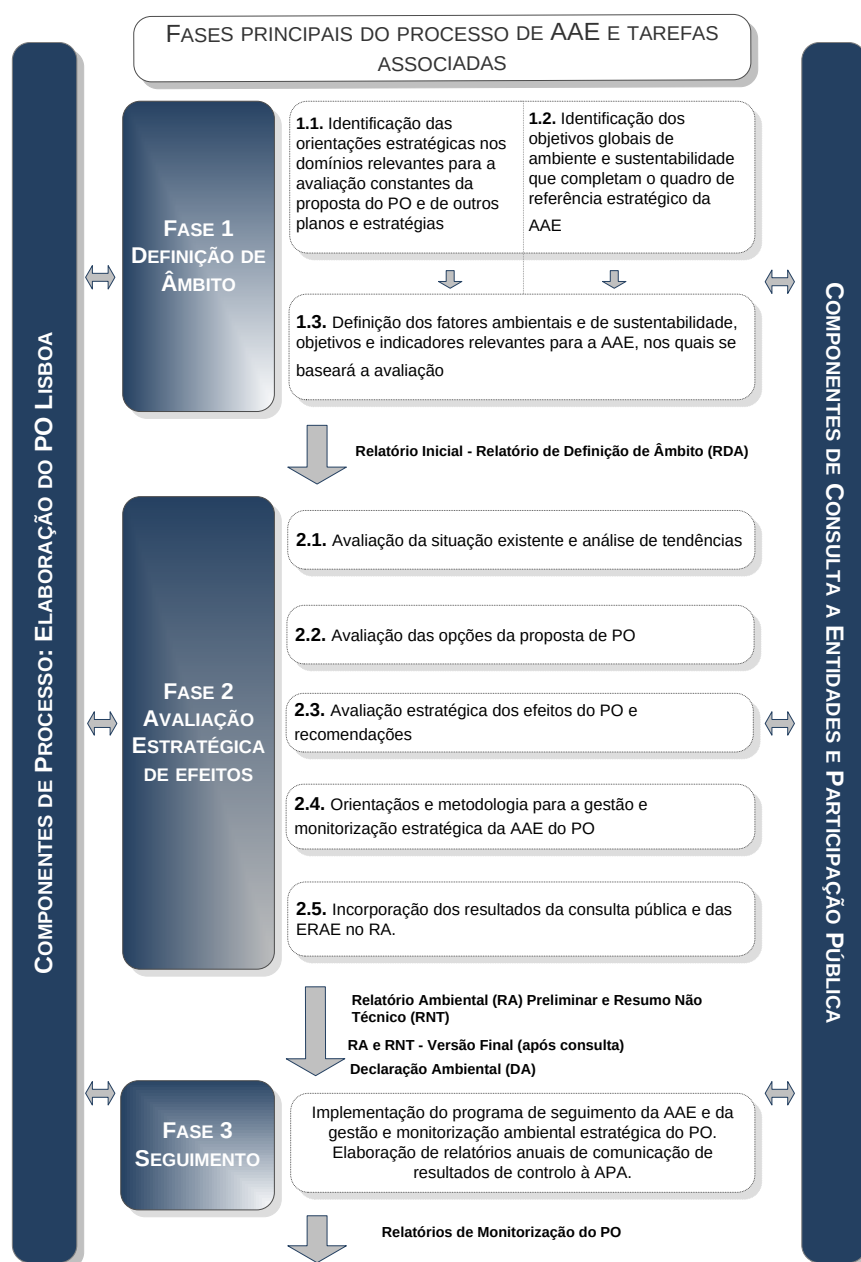


Figura 2.1 - Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE, do POR Lisboa

Quadro 2.1 – Quadro de Referência Estratégico

Quadro de Referência Estratégico
Documentos de Referência Internacionais
Europa 2020
Quadro Estratégico Comum 2014-2020 (QEC 2014-2020)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia: Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa (EICS)
Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos (REEUR)
Programa geral de ação da União para 2020 em matéria de ambiente «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta» (PAU matéria de ambiente)

Quadro de Referência Estratégico

Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 (EB 2020)
Plano de Ação sobre a Eco-inovação (Plano EcoAP)
Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015) (QAH)
Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural (CPPMCN) ¹ **
Convenção para a salvaguarda do Património Arquitetónico na Europa (CSPA) ² **
Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (CEPPA) ³ **
Convenção Europeia da Paisagem (CEP) ⁴ **
Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (CQCEVPCS) ⁵ **

Documentos de Referência Nacionais

Programa Nacional de Reformas (Portugal 2020)
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC)
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)
Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)*
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética: 2016 (PNAEE)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)*
Plano setorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000)***
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT 2013-2015)
Plano Estratégico dos Transportes 2011 – 2015 (PET 2011 – 2015)
Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)
Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC)
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)*
Programa Específico de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP)
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020 (EFICE)

Documentos de Referência Regionais

Plano Regional de Ordenamento do Território - Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)
Estratégia Regional de Lisboa 2014-2020 (Lisboa 2020)
Estratégia de Especialização Inteligente (EEI)
POOC Sintra-Sado
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (RH5) (PGRH Tejo)
Plano Regional de Ordenamento Florestal – Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML)
Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra Cascais (POPNSC)*
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)
Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNTE)
Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Sado (PORNES)
Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (POPPAF)

¹ De 1972 – aprovada nacionalmente pelo Decreto n.º 49/79, de 6 julho;

² Resolução aprovada para ratificação pela Assembleia da República n.º 5/91, de 16 de outubro de 1990 (Convenção de Granada de 1985);

³ Convenção de Malta de 1992, aprovada para ratificação pela Assembleia da República a 9 de outubro de 1997;

⁴ Florença, 20 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro;

⁵ Convenção de Faro, de 2005, aprovada pela resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 18 de Julho;

Quadro 2.2 – Fatores Críticos para a Decisão: descrição e critérios de avaliação e para a AAE do POR Lisboa

FCD	Pertinência	Crítérios de Avaliação
Competitividade e I&D&I	- Avaliar o contributo do POR Lisboa para a criação de sinergias entre as empresas e os centros de I&D&I e o ensino superior;	Sistema I&D&I: O POR promove a interligação do Sistema I&D&I com as empresas, o desenvolvimento de projetos de valorização económica de I&D&I, com especial destaque para a ecoinovação, no sentido do desenvolvimento sustentável de tecnologias, processos e serviços, bem como de transferência de tecnologia, de modo a promover a criação de valor?
	- Avaliar o contributo do POR para a promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, com especial foco nas áreas de ecoinovação e valorização dos recursos naturais;	Indústria criativa, diferenciação e internacionalização: De que forma contribui o POR para a criação de empresas associadas à indústria criativa, bem como para a produção de bens e serviços diferenciadores no domínio do uso, gestão e valorização de recursos naturais e endógenos, que se traduzam em oportunidades de internacionalização?
	- Avaliar o contributo do POR Lisboa para a dinamização do setor exportador e procura de novos mercados;	Dinamização dos sectores económicos: De que forma contribui o POR para a promoção de iniciativas locais associadas à dinamização das atividades económicas associadas à ecoinovação, no sentido do aproveitamento e valorização dos recursos endógenos?
	- Avaliar o contributo do POR Lisboa para a criação de novas empresas e áreas de negócio, com especial foco nas áreas de inovação ambiental e valorização de recursos.	
Qualificação Territorial e Eficiência Energética	- Avaliar o contributo do POR Lisboa para o desenvolvimento de um modelo de competitividade que promova o aproveitamento e valorização dos recursos naturais do território.	Competitividade: De que forma contribui o POR para a adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários ao novo quadro de competitividade da economia global?
	Avaliar o contributo do POR Lisboa para a redução do consumo e utilização eficiente dos recursos energéticos, e implementação de soluções que promovam a mobilidade urbana sustentável.	Eficiência Energética: De que forma o POR contribui para a redução do consumo de energia nos vários sectores de atividade?
	Avaliar o contributo do POR Lisboa para a melhoria das condições de habitabilidade, bem como a manutenção da qualidade de ambiente urbano e paisagem.	Mobilidade Urbana Sustentável: O POR promove a implementação de meios de mobilidade urbana sustentáveis? Qualificação Urbana: O POR promove a regeneração e qualificação dos centros urbanos (ex: qualidade do ar; espaços verdes urbanos, ruído) e melhoria das condições do edificado? Requalificação Urbana: O POR contribui para a requalificação de espaços urbanos e zonas industriais degradadas?
Valores naturais, patrimoniais e culturais	Avaliar o contributo do POR Lisboa para a proteção e utilização sustentável dos valores naturais.	Solo: O POR promove a proteção e reabilitação dos solos, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental?
	Avaliar o contributo do POR Lisboa para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes.	Biodiversidade e ecossistemas: o POR promove a recuperação proteção da biodiversidade e a promoção de serviços ligados a ecossistemas?
	Avaliar o contributo do POR Lisboa para a proteção e valorização do património natural e cultural.	Património: O POR promove a proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural?
Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social	Compreende a dimensão social e humana num contexto metropolitano, com especial incidência sobre algumas das áreas fundamentais de desenvolvimento humano, pretendendo avaliar:	População: De que forma o POR contribui para a renovação geracional e para o equilíbrio da estrutura etária da população?
	- O contributo do POR Lisboa para diminuir a discrepância entre a oferta de ensino e formação profissional e as procuras individuais e ofertas de trabalho bem como para a diminuição do défice de quadros médios qualificados;	Capacitação e qualificação do capital humano: O POR contribui para a redução do abandono escolar e aumento das competências profissionais e aprendizagem ao longo da vida da população em idade ativa? Inovação e inclusão social: De que forma o POR contribui para a dinamização do apoio social a idosos, crianças e a grupos específicos mais vulneráveis? Além disso, de que forma contribui para a redução do número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social?

FCD	Pertinência	Crítérios de Avaliação
	- O contributo do POR Lisboa para desenvolver uma rede de apoio social a idosos e crianças bem como a integração social e urbana dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social; - O contributo do POR Lisboa para a inclusão dos desempregados no mercado de trabalho, especialmente os recursos humanos qualificados.	Emprego: De que forma é promovido o desenvolvimento social através da criação de emprego, de emprego qualificado e diminuição da taxa de desemprego, em especial de jovens em idade ativa? Além disso, de que modo o POR promove o apoio à mobilidade laboral?
Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas		Riscos naturais: De que forma a estratégia adotada pelo POR Lisboa contribui para a redução dos riscos naturais, assegurando a devida articulação com o respetivo PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos?
	Avaliar o contributo do POR Lisboa no que se refere aos seus Eixos Prioritários, Objetivos e Ações relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos e dissonâncias ambientais.	Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pelo POR Lisboa contribui para a redução dos riscos tecnológicos, assegurando a devida articulação com o respetivo PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos?
		Riscos Mistos: De que forma as estratégias e objetivos adotados pelo POR Lisboa contribui para a redução dos riscos mistos, assegurando a devida articulação com o respetivo PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos?
		Dissonâncias Ambientais: Qual o contributo do POR Lisboa, no que se refere aos seus princípios e práticas para a minimização ou eliminação das dissonâncias ambientais nomeadamente identificadas, assegurando a devida articulação com o respetivo PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos?
	Avaliar de que forma o POR Lisboa tem em consideração os princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo do POR Lisboa para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, assegurando a devida articulação com o respetivo PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos?

Por sua vez, e após a seleção das diferentes alternativas a adotar, a análise mais pormenorizada da proposta de Programa foi desenvolvida por FCD (Figura 2.2), o que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

- Da avaliação da situação existente;
- Das tendências de evolução na ausência de implementação da elaboração do POR Lisboa;
- Da avaliação das linhas estruturantes preconizadas no plano, para os diferentes objetivos estratégicos propostos, em termos das oportunidades e ameaças para a sustentabilidade;
- Da definição de objetivos, indicadores e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica da elaboração do POR Lisboa.

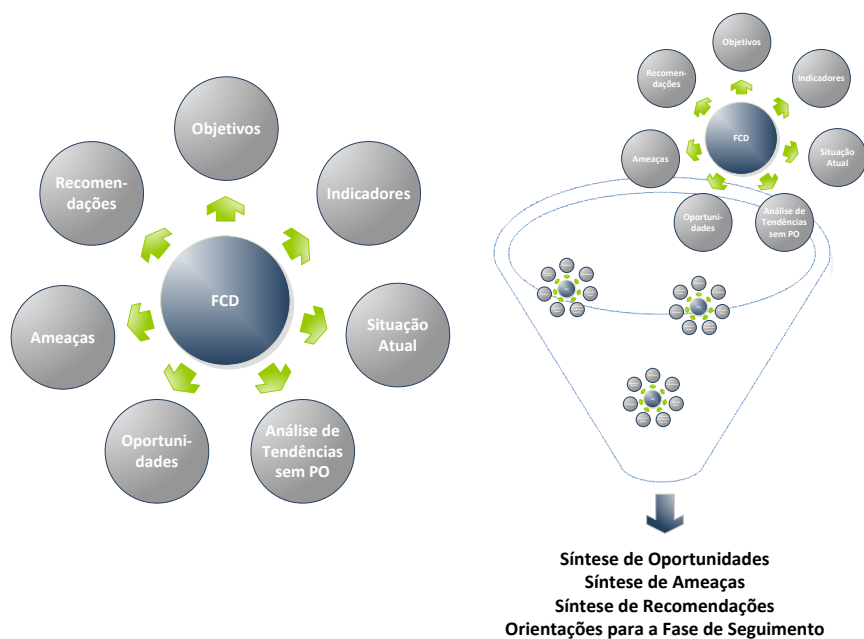


Figura 2.2- Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores Críticos para a Decisão

3. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO E QUE TERRITÓRIO ABRANGE?

3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

O processo de preparação do Programa Operacional de Lisboa 2014-2020 está a ser conduzido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), incumbida pelo Governo de Portugal, e assenta nas grandes recomendações da política de coesão no desígnio estratégico do novo Quadro Estratégico Comum 2014-2020 (QEC 2014-2020) cujas prioridades são: “estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, (...) e à qualificação do perfil de especialização da economia portuguesa; o reforço do investimento na educação, incluindo a formação avançada, e de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade; reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social; promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade; apoio ao programa da reforma do Estado”.

Importa ainda referir que a CCDRLVT elaborou em 2007 uma Estratégia Regional para o horizonte de 2020 que se constitui um plano estratégico de longo prazo para os dois períodos de programação seguintes, e que pretende dar resposta aos novos objetivos de desenvolvimento regional tendo em consideração a política de desenvolvimento económico e social de Portugal e em linha com as orientações estratégicas europeias e com as novas realidades e dinâmicas das economias mundiais.

Assim, a Estratégia Regional Lisboa 2020 tem como objetivos transformar Lisboa numa Região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada cuja visão no horizonte de 2020 é: “A Região de Lisboa transformar-se-á numa metrópole cosmopolita, de dimensão e capitalidade europeias relevantes, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, muito atrativa pelas suas singularidade e qualidade territoriais, natureza e posicionamento euro-atlânticos. A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão socioterritorial, a valorização da diversidade étnica e cultural e a eficiência da governação são, nesse horizonte, condições e metas do desenvolvimento económico e social da região.”

Assim, em consonância com os objetivos da União e com os objetivos temáticos e principais resultados definidos no Acordo de Parceria, a Região de Lisboa escolheu desenvolver um programa financiado pelo FEDER e pelo FSE, alocados por Eixos Prioritários (EP), procurando promover uma efetiva sinergia entre fundos e uma abordagem integrada e tendo em atenção os referenciais da política de coesão europeia, as orientações nacionais e o diagnóstico dos principais constrangimentos nacionais e das especificidades e oportunidades regionais.

O POR Lisboa visa dar continuidade à trajetória de reforço da competitividade regional, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação. O objetivo é confirmar e consolidar a posição de Lisboa entre as regiões inovadoras da UE, integrando-a plenamente na economia do conhecimento.

A sustentabilidade deste processo de transformação regional está dependente, contudo, de uma ação concertada a outros dois níveis. Por um lado, a valorização da dimensão ambiental, onde pesa a transição para uma economia de baixo teor de carbono e a proteção e valorização dos recursos naturais, reforçando a resiliência territorial às alterações climáticas e, por outro, a promoção do emprego e da inclusão social, especialmente relevantes no contexto de crise económica.

A Região escolheu por isso orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Perante estes desafios, o POR Lisboa é composto por 8 Eixos e para cada Eixo Prioritário foram definidas Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos, conforme apresentado no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Eixos Prioritários e Objetivos Específicos do POR Lisboa (Fonte: Programa Operacional Região de Lisboa 2014-2020)

Eixos Prioritários	Objetivos Específicos
1. Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	Prioridade de Investimento 1.1 - Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu. 1: Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente regional e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização. 2: Reforçar a inserção das infraestruturas do SCTR nas redes internacionais de I&D, privilegiando as relacionadas com a EREIL 3: Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo maior eficácia no Sistema de Inovação Regional e a criação de valor económico.
	Prioridade de Investimento 1.2 - Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral. 1: Aumentar o investimento empresarial em I&D&I, reforçando a ligação das empresas às entidades do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação. 2: Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem a inovação e a internacionalização de empresas e cadeias de valor (Clusterização), privilegiando o alinhamento com a EREIL. 3: Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor.
	Prioridade de Investimento 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas. 1: Promover o empreendedorismo qualificado e criativo
2. Reforçar a competitividade das PME	Prioridade de Investimento 3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização. 1: Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal.

Eixos Prioritários	Objetivos Específicos
3. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	Prioridade de Investimento 3.3 - Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços. 1: Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços.
	Prioridade de Investimento 4.2 - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas. 1: Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização de consumos
	Prioridade de Investimento 4.3 - O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração regional local e no setor da habitação social 1: Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, da administração regional e local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos 2: Aumentar a eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social
4. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiência dos recursos	Prioridade de Investimento 6.3 - Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural. 1: Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a Região de Lisboa como destino turístico de excelência
5. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	Prioridade de Investimento 8.1 - O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores. 1: Integrar os desempregados de forma sustentada no mercado de trabalho
	Prioridade de Investimento 8.3 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras. 1: Aumentar o número de empresas criadas e as iniciativas de criação do emprego por conta própria
	Prioridade de Investimento 8.4 - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual. 1: Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional promovendo o emprego a tempo parcial 2: Integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores público, privado e cooperativo.
	Prioridade de Investimento 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança. 1: Promover a modernização dos processos produtivos e de gestão que sustentem a internacionalização e maior incorporação de I&D&I nas PME 2: Aumentar a empregabilidade dos ativos através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho. 3: Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I
	Prioridade de Investimento 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade. 1: Aumentar as competências pessoais, sociais e profissionais e facilitar o acesso ao mercado de trabalho de grupos vulneráveis, ampliando a empregabilidade e reduzindo a vulnerabilidade económica 2: Reduzir a pobreza, a exclusão social e o desemprego em territórios urbanos problemáticos 3: Reduzir os níveis de exclusão social e económica dos imigrantes e dos indivíduos pertencentes a minorias étnicas
6. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	Prioridade de Investimento 9.3 - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades. 1: Combater as discriminações e os estereótipos.
	Prioridade de Investimento 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral. 1: Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde dirigidas a pessoas com deficiências ou incapacidades e de pessoas idosas e suas famílias.
	Prioridade de Investimento 9.6 - Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária. 1: Aumentar o número de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local em territórios rurais e costeiros e em territórios urbanos desfavorecidos

Eixos Prioritários	Objetivos Específicos
7. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida	Prioridade de Investimento 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária. 1: Aumentar as taxas de cobertura da oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados e de creches 2: Aumentar a taxa de cobertura dos serviços de saúde de proximidade assegurando uma intervenção precoce na doença e a introdução de inovação e desenvolvimento do sistema de saúde 3: Aumentar a capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos
	Prioridade de Investimento 9.10 - Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 1: Aumentar o número de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local em territórios rurais e costeiros e em territórios urbanos desfavorecidos
	Prioridades de Investimento 10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação. 1: Melhorar o sucesso escolar no ensino básico e secundário. 2: Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário.
	Prioridade de Investimento 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas. 1: Elevar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada, através de processos de validação de competências adquiridas ou da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação.
8. Desenvolvimento Sustentável	Prioridade de Investimento 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem. 1: Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho.
	Prioridade de Investimento 10.5 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas. 1: Requalificar as infraestruturas do Ensino Profissional e Pré-escolar, Básico e Secundário. 2: Reforçar as capacidades do Ensino Superior
	Prioridade de Investimento 4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. 1: Promover a mobilidade ecológica e com baixa emissão de carbono.
	Prioridade de Investimento 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído. 1: Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas 2: Melhoria da qualidade de informação e monitorização disponíveis sobre a qualidade do ar
	Prioridade de Investimento 9.8 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. 1: Regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas.

Assim, o objeto de avaliação ambiental estratégica será o POR Lisboa, materializado nos respetivos Eixos Prioritários e Objetivos Específicos e Ações no âmbito de cada uma das Prioridades de Investimento definidas, bem como nas ações do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014 – 2020 que se enquadrem no POR sempre que necessário e adequado, com especial enfoque na análise do grau de sustentabilidade do seu quadro de referência relativamente às opções e objetivos a alcançar no que se refere à programação e concretização das políticas de desenvolvimento ambiental, económico e social com incidência espacial.

Importa ainda referir que o estabelecimento do quadro de governança no âmbito da elaboração do POR Lisboa é fundamental e pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Programa, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização, no sentido de promover:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

O Quadro 3.2 identifica as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação do POR Lisboa e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização e gestão das apostas estratégicas previstas no Programa Operacional.

Quadro 3.2 – Quadro de Governança para a Ação no âmbito da elaboração e implementação do POR Lisboa

Entidades	Competências da entidade
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC, I.P.)	▪ Autoridade de gestão.
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC, I.P.)	▪ Autoridade de certificação, quando aplicável; ▪ Coordenação técnica dos fundos comunitários.
Inspeção Geral das Finanças (IGF)	▪ Autoridade de auditoria.
Agência Portuguesa de Ambiente (APA)	▪ Acompanhar a execução das políticas de ambiente; ▪ Prevenir e controlar da poluição; ▪ Prevenir os riscos associados a acidentes industriais graves; ▪ Elaborar e adotar quadros de referência para a gestão dos riscos tecnológicos nos instrumentos de gestão territorial; ▪ Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação ambiental; ▪ Acompanhar a execução do POR Lisboa.
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	▪ Gestão sustentável das espécies e habitats; ▪ Proteger e valorizar as zonas protegidas; ▪ Acompanhar a execução do POR Lisboa.
Direção Geral do Património Cultural DGPC	▪ Gestão, salvaguarda, conservação e valorização dos bens que integrem o património cultural; ▪ Acompanhar a execução do POR Lisboa.
Administração Pública (p.e. Direções Regionais ou equiparadas)	▪ Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Lisboa e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais. ▪ Operacionalizar candidaturas e projetos dentro do âmbito do POR Lisboa. ▪ Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do programa e seguimento da AAE.
Administração Local (p.e. autarquias, associações de municípios, comunidades intermunicipais e empresas municipais)	▪ Operacionalizar candidaturas e projetos no âmbito do POR Lisboa e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais ▪ Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)	▪ Operacionalizar candidaturas e projetos no âmbito do POR Lisboa e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas

Entidades	Competências da entidade
ADENE – Agência para a Energia Lisboa E-Nova - Agência Municipal de Energia-Ambiente de Lisboa OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras ENERGIC - Cascais Energia AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES) AGENEAL, Agência Municipal de Energia de Almada S.energia - Agência Regional de Energia do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	estratégicas nacionais em matéria de energia. Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do programa e seguimento da AAE.
Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. Administração do Porto de Lisboa, S.A. Empresas públicas ou privadas de transportes (p.e. CP, REFER, Carris, Transtejo, Metro Lisboa, ANTRAL, etc.)	- Operacionalizar candidaturas e projetos no âmbito do POR Lisboa e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de sustentabilidade e eficiência energética. - Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do programa e seguimento da AAE.

4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUAL A SUA EVOLUÇÃO SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO POR LISBOA?

Neste capítulo apresenta-se uma breve caracterização da situação atual na área de intervenção (AI) POR Lisboa e tendências de evolução sem implementação do Programa relativamente aos diversos FCD, com o intuito de definir um referencial para a avaliação dos efeitos de natureza estratégica do Programa sobre os mesmos.

4.1. COMPETITIVIDADE E I&D&I

4.1.1 Situação Atual

A análise aprofundada do sistema I&D&I, competitividade, diferenciação, produtividade e internacionalização dos setores económicos da Região, com especial foco para a ecoinovação e valorização dos recursos naturais permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Eixo Prioritário – Quadro 4.1.1.

Quadro 4.1.1 - Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Lisboa, para o FCD “Competitividade e I&D&I”

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Pontos Fracos									
Fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades e reduzida eficiência na transferência de tecnologia e de conhecimento.									-
Baixo nível do registo europeu de patentes									-
Apesar do número elevado de nascimento de empresas, verifica-se uma fraca taxa de sobrevivência das iniciativas empresariais									-
PME com elevada orientação para o mercado interno, reduzida capacidade financeira e fraca capacidade técnica e de gestão organizacional inovação e marketing internacional.									-
Pontos Fortes									
Forte dinâmica de nascimento de empresas nos setores de alta e média tecnologia;									-
Elevado nível de empreendedorismo, traduzido num número elevado de criação de empresas;									-
Oportunidades									
Existência de elementos e condições de base para fazer crescer e desenvolver o sistema de inovação regional, orientado para a transferência de tecnologia.									-
Potencial da Região como destino turístico de excelência, com particular destaque para o turismo cultural, desportivo, náutico e de negócios.									-
Potenciar a “Economia Azul”, com foco especial na criação de empresas de valorização dos recursos naturais e endógenos.									-

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Capacidade para promover a integração entre a inovação e a diferenciação alimentada pelo cruzamento das atividades científicas e tecnológicas com as atividades culturais e criativas									
Posicionamento Geoestratégico – localização privilegiada enquanto plataforma de intermediação entre a Europa e o resto do mundo. Oportunidade para se posicionar nas rotas logísticas de transporte marítimo e transporte ferroviário transeuropeu e nas redes de circulação de conhecimento e bens qualificados									
Ameaças									
Incapacidade das empresas para investir em atividades inovadoras e falta de incentivos fiscais atrativos.									

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Âmbito de PO Temático		Não aplicável / sem relação
--	--	--	--	--	--------------------------------------	--	-----------------------	--	-----------------------------

6.1.4 Tendências de Evolução sem a elaboração do POR Lisboa

A evolução das componentes associadas aos valores naturais, patrimoniais e culturais, na ausência de elaboração do POR Lisboa, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente negativa.

Apesar da existência de um leque considerável de valores naturais e patrimoniais significativos, para além de um conjunto de instrumentos legais no quadro nacional, europeu e internacional, considera-se que vários dos objetivos ambicionados para esta região ficarão por alcançar sem a elaboração do presente POR. Pois, sem o financiamento previsto pelo POR Lisboa, a região poderá não ser capaz, por meios próprios, de melhorar o seu posicionamento internacional e aumentar a sua atratividade, uma vez que este processo passa, necessariamente, pela utilização/exploração sustentável e preservação dos recursos naturais, bem como a promoção e valorização do património natural e cultural presente.

4.2. QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

4.2.1 Situação Atual

A análise aprofundada ao domínio da Qualificação Territorial e Eficiência Energética, permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Eixo Prioritário – Quadro 4.2.1.

Quadro 4.2.1 - Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Lisboa, para o FCD “Qualificação Territorial e Eficiência Energética”

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Pontos Fracos									
- Subsiste ainda um alargado número de edifícios sem certificação energética, e reduzido número de edifícios com classe energética A ou A+ (maioria classe B ou C), apesar do crescimento do número de edifícios certificados nos últimos anos.									
- Não obstante a tendência crescente nos últimos anos, observou-se em 2013 a uma retração da potência instalada em edifícios com sistemas de microgeração de energia por FER.									
- Redução da oferta de transportes públicos e capacidade de intermodalidade entre tipos de transporte público e modos suaves. Reduzido índice de penetração do biodiesel em alternativa aos combustíveis fósseis (tendência decrescente).									
- Excessivos níveis de partículas inaláveis na maior parte do ano em zonas urbanas e de maior intensidade de tráfego rodoviário, tal como, por exemplo, a Avenida da Liberdade e Santa Cruz de Benfica.									
- Existência de um número ainda significativo de áreas com necessidade de reabilitação urbana, marcados pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva.									
Pontos Fortes									
- Ligeira redução do consumo de energia elétrica no último ano, inclusive na administração pública. Estagnação do consumo para os últimos 5 anos.									
- Maioria do parque edificado sem necessidades de reparação (63%). Existência de 20 a 24 mil edifícios (65% deles construídos antes da década de 60) com necessidade de grandes ou muito grandes reparações.									
- Diminuição do consumo de combustíveis fósseis nos transportes.									
- Aumento da aposta em equipamentos e infraestruturas promotoras da mobilidade sustentável (p.e. modos suaves).									
- Tendência de redução contínua de emissão de GEE.									
- Boa qualidade geral do ar ambiente.									
Oportunidades									
- Adoção de medidas de eficiência energética no parque edificado, quer privado como estatal, da administração pública, ou habitação social, através do aumento dos edifícios com certificação energética e o reforço na implementação de incentivos à requalificação do edificado e à adoção por materiais de construção capazes de promover o conforto térmico (p.e. paredes e caixilharia dupla), redução do consumo energético (p.e. iluminação por tecnologia LED), bem como implementação de FER nos sistemas de aquecimento e arrefecimento, e assim atingir níveis superiores de classe energética.									
- Implementação de boas práticas e melhores tecnologias disponíveis nos setores da indústria de modo a incutir maior eficiência energética nos processos produtivos, promovendo-se a dissociação entre capacidade produtiva e consumo energético e consequentemente a sua competitividade.									

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
- Inversão da tendência e aposta na intermodalidade, diversidade e alargamento das redes de transportes públicos e dos modos suaves. Reforço na aposta em infraestruturas que promovam a mobilidade sustentável (p.e. ciclovias, vias pedonais).									
- Desenvolvimento de intervenções de requalificação do espaço público, de recuperação infraestrutural e energética de edifícios, de reconversão e integração urbana em frentes ribeirinhas, de qualificação de espaços exteriores em alguns bairros sociais, e de mobiliário urbano.									
Ameaças									
- Baixa intensidade de redução do consumo de energia, redução na utilização de FER e insuficiente promoção da eficiência energética nos setores habitacional, industrial e dos transportes poderá protelar o objetivo de independência energética e proporcionar o aumento dos custos energéticos prejudicando a competitividade da economia e qualidade de vida dos cidadãos.									
- Tendência para o aumento da utilização do transporte individual e, consequentemente, do consumo de combustíveis fósseis, pela redução da capacidade de resposta dos transportes públicos.									
Legenda: Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa Elementos insuficientes para avaliar Âmbito de PO Temático Não aplicável / sem relação									

6.2.4 Tendências de Evolução sem a elaboração do POR Lisboa

Num cenário de ausência do POR Lisboa, perspetivam-se as seguintes tendências:

- Menor capacidade financeira para ações de reabilitação urbana, subsistindo áreas caracterizadas pela degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamentos sociais, e espaços livres, bem como zonas industriais obsoletas ou em declínio, induzindo efeitos nefastos para a qualidade de vida, economia e ambiente, designadamente através da ocorrência de fenómenos de poluição accidental ou contaminação, degradação paisagística e riscos para a salubridade e saúde humana.
- Manutenção de um número considerável de edifícios e atividades com baixos índices de eficiência energética, potenciando consumos elevados de energia primária, com origem maioritariamente em fontes de energia fósseis provenientes do exterior, com prejuízo para a economia e competitividade, bem como para a qualidade de vida e capacidade financeira da população residente.
- Manutenção da tendência de insuficiente capacidade de oferta dos sistemas públicos de transporte com prejuízos para a capacidade de integração e diversificação modal, de deslocação e comunicação e, consequentemente, dificuldades acrescidas para a competitividade das atividades económicas e qualidade de vida da população, potenciando o uso de veículos privados e os custos energéticos e ambientais (p.e. emissões GEE, qualidade do ar e ruído).

- Insuficiente disponibilidade de equipamentos e infraestruturas que incentivem a mobilidade sustentável e integração de modos suaves com os meios de transporte público, bem como o uso de fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis.

4.3. VALORES NATURAIS, PATRIMONIAIS E CULTURAIS

4.3.1 Situação Atual

A análise aprofundada ao domínio dos Valores Naturais, patrimoniais e culturais, permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Eixo Prioritário – Quadro 4.3.1.

Quadro 4.3.1 - Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Lisboa, para o FCD “Valores naturais, patrimoniais e culturais”

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/ Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Pontos Fracos									
Elevada pressão urbana e fragmentação dos ecossistemas e corredores ecológicos									
Subsistência de passivos ambientais ainda com alguma expressão (sobretudo solos contaminados em áreas industriais desativadas).									
Assimetrias na cobertura territorial da rede de equipamentos culturais, limitando e/ou inviabilizando políticas de descentralização de atribuições e competências									
O sector da cultura e das artes continua a assumir uma posição e papel frágil, quando comparado com outros sectores, verificando-se uma descontinuidade nas políticas públicas culturais, gerando instabilidade em termos de regulamentação e financiamento, essencialmente.									
Pontos Fortes									
Existência de vastas áreas com usos agrícolas, florestais e silvestres, fundamentais para a produção primária e para a qualificação ambiental e paisagística, bem como para o desafogo e segmentação das áreas urbanizadas.									
Elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos de grande qualidade e diversidade, designadamente o mar, a orla costeira atlântica, os estuários do Tejo e Sado, os aquíferos e as áreas naturais protegidas das serras da Arrábida e Sintra.									
Existência de áreas relevantes para a conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural									
Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis.									
Existência de um património regional histórico, cultural e arquitetónico de inegável valor e projeção nacional e internacional;									
Perspetiva de incremento significativo das atividades criativas na cidade de Lisboa, decorrentes, por exemplo, da proximidade a inúmeras estruturas orientadas para a cultura;									
Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística.									

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/ Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Especialização produtiva regional assente num conjunto de setores diversificados e sedeação dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico;									
Oportunidades									
Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas presentes relacionados quer com a capacidade produtiva quer com a proteção e conservação da natureza, promovendo a valorização dos serviços prestadas pelos ecossistemas									
Aposta no desenvolvimento de uma “economia azul”, amiga do ambiente, assente na prospeção e valorização de recursos marinhos, através da promoção da diversificação económica, aposta na investigação, inovação e tecnologia marinha.									
Aproveitamento dos vastos recursos paisagísticos e ambientais capazes de atrair fluxos de lazer e turismo, afirmando a Região como um “Destino Verde”.									
Valorização do património natural e cultural presente									
Elaboração de instrumentos de gestão e ordenamento das áreas relevantes para a conservação e proteção da natureza									
Reconhecimento da dimensão estratégica da cultura enquanto instrumento de coesão territorial e social (fator cultural assumido como elemento de inclusão e coesão);									
Dimensão marítima e estuarina com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor									
Potencial da Região como destino turístico de excelência, com particular destaque para o turismo cultural, desportivo, náutico e de negócios;									
Captação de atividades e serviços que valorizem a sua localização em regiões com ambientes culturais e criativos e com mão-de-obra qualificada;									
Existência de um ambiente cosmopolita e de massa crítica com capacidade de atração de atividades que associem valorização do património, criação artística e cultural, lazer, turismo e vivências urbanas;									
Crescimento do turismo cultural, em especial o segmento do turismo criativo com foco no turista e nas experiências culturais genuínas.									
Ameaças									
Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo									
Agravamento das pressões urbanísticas, materializada na ocupação de áreas vitais intersticiais e na interrupção e alteração dos corredores ecológicos, na urbanização fragmentada e na edificação dispersa									
Restrições orçamentais no domínio do ambiente e cultura, decorrentes da conjuntura socioeconómica.									
Impossibilidade de restringir os usos incompatíveis nos espaços envolventes aos monumentos nacionais/imóveis de interesse público, dificultando a salvaguarda e valorização desse património									

Legenda:

Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa

Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa

Elementos insuficientes para avaliar

Âmbito de PO Temático

Não aplicável / sem relação

6.3.2 Tendências de Evolução sem a elaboração do POR Lisboa

A evolução das componentes associadas aos valores naturais, patrimoniais e culturais, na ausência de elaboração do POR Lisboa, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente negativa.

Apesar da existência de um leque considerável de valores naturais e patrimoniais significativos, para além de um conjunto de instrumentos legais no quadro nacional, europeu e internacional, considera-se que vários dos objetivos ambicionados para esta região ficarão por alcançar sem a elaboração do presente POR. Pois, sem o financiamento previsto pelo POR Lisboa, a região poderá não ser capaz, por meios próprios, de melhorar o seu posicionamento internacional e aumentar a sua atratividade, uma vez que este processo passa, necessariamente, pela utilização/exploração sustentável e preservação dos recursos naturais, bem como a promoção e valorização do património natural e cultural presente.

4.4. CAPITAL HUMANO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

4.4.1 Situação Atual

A análise aprofundada ao domínio do Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Eixo Prioritário – Quadro 4.4.1.

Quadro 4.4.1- Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Lisboa, para o FCD “ Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social”

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/ Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Pontos Fracos									
Aumento da população envelhecida;									
Tendência de estabilização da taxa de fecundidade;									
Decréscimo do número de população nos cursos de educação e formação;									
Elevada taxa de desemprego;									
Dificuldade de integração dos recursos humanos qualificados no mercado de trabalho;									
Concentração de um número elevado de beneficiários do RSI, verificando-se um acréscimo nos últimos anos;									
Empobrecimento relacionado com o aumento do desemprego.									
Pontos Fortes									
Percentagem significativa de população licenciada;									
População ativa e emprega com níveis de ensino secundário completo e superior;									
Elevada concentração populacional e dinâmicas demográficas mais favoráveis que as médias nacionais;									

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/ Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Crescente consolidação do Terceiro Setor no combate à pobreza e à exclusão social, com um aumento e diversificação das instituições.									
Oportunidades									
Crescente consciencialização da necessidade de uma política integrada de estímulo à natalidade e renovação demográfica;									
Maior sensibilização para o envelhecimento ativo;									
Mudança no perfil da população sénior exigindo uma readaptação das respostas sociais;									
Crescente valorização da inovação social pelas instituições europeias e nacionais;									
Mobilização crescente da sociedade no combate à pobreza e exclusão social;									
Aumento da mobilidade de estudantes, professores e investigadores no país e na Europa devido à crescente oferta de ensino e formação profissional.									
Ameaças									
Elevado número de população envelhecida e reduzida taxa de natalidade com consequências na renovação das gerações;									
Ausência de estratégias de apoio e incentivo à natalidade;									
Persistência de segmentos da população com baixos níveis de escolaridade;									
Aumento da competição entre as diferentes regiões do país e entre os diferentes países, face aos níveis de qualificação;									
Prevalência de um tecido empresarial orientado para a obtenção de resultados económicos, com ausência de práticas internas direcionadas para a conciliação entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores;									
Mudanças no perfil da pobreza em resultado da persistência das dinâmicas de desemprego e da redução dos instrumentos de proteção social.									

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Âmbito de PO Temático		Não aplicável / sem relação
--	--	--	--	--	--------------------------------------	--	-----------------------	--	-----------------------------

6.4.2 Tendências de Evolução sem a elaboração do POR Lisboa

Na ausência do POR Lisboa a situação atual tenderia a agravar-se de forma negativa. Tendo em conta os esforços que se tem feito ao longo dos anos, quer seja nos quadros comunitários precedentes, quer seja nos planos e programas implementados (ENDS 2015, PNPOT, POOC's, entre outros), sem um novo ciclo de programação financeira será mais difícil garantir o cumprimento dos respetivos objetivos bem como das metas propostas.

No que diz respeito à capacitação e qualificação do capital humano, e apesar das melhorias que se tem sentido nesta área, sem o POR Lisboa o cumprimento das metas europeias estaria comprometido, uma vez que este referencial reforça a necessidade de instruir e formar a população.

Por outro lado, além da crescente sensibilização para as questões da inovação social, a verdade é que as instituições de apoio social apresentam dificuldades/debilidades financeiras, sendo que a tendência será para a necessidade de reforços nas respostas sociais. A ausência de instrumentos financeiros que apoiem estas iniciativas aumenta a sua fragilidade.

De igual modo, e no que ao emprego diz respeito, é urgente a tomada de medidas que promovam a empregabilidade, sob pena do agravamento do pobreza e da população em risco de exclusão social.

Resumindo, o agravamento dos problemas sociais terão efeitos diretos no ambiente e qualidade de vida da população. Efetivamente, um orçamento público direcionado para os cuidados da população envelhecida, para as prestações sociais de desemprego e de rendimento social de inserção é menos capaz de suportar custos com a proteção do ambiente.

4.5. RISCOS NATURAIS, TÉCNOLÓGICOS E MISTOS E RESILIÊNCIA E ADAPÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

4.5.1 Situação Atual

A análise aprofundada ao domínio dos Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas, permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Eixo Prioritário – Quadro 4.5.1.

Quadro 4.5.1- Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Lisboa, para o FCD “ Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas”

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Pontos Fracos									
Subsistência de passivos ambientais ainda com alguma expressão (sobretudo solos contaminados e salinizados, e áreas críticas)									O Ponto Fraco identificado será alvo de foco no PO SEUR (tal como é referido no Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio)
Existência de situações de risco real, decorrentes da exposição e vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas perigosas, mormente construção em leitos de cheia e áreas de instabilidade de vertentes									O Ponto Fraco identificado será alvo de foco no PO SEUR (tal como é referido no Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio)
Agravamento das pressões urbanísticas, materializada na ocupação de áreas vitais intersticiais e na interrupção e alteração dos corredores ecológicos, na urbanização fragmentada e na edificação dispersa e na alteração do uso de zonas ambiental e paisagisticamente preservadas.									
Pontos Fortes									
Elevados níveis de cobertura das populações no que se refere ao abastecimento de água, drenagem de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos, bem como boa regulação dos									

AVALIAÇÃO EX-ANTE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA OPERACIONAL DE LISBOA
Avaliação Ambiental Estratégica

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
sistemas em alta									
Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis									
Tendência de aumento do investimento na reabilitação urbana relativamente à construção de novas edificações									Relativamente ao Eixo Prioritário 8, o OE6.5.1 “Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas” contribui para componente “qualidade do crescimento urbano “ da Qualidade Ambiental (do ISDR) da Região, contribuindo para a não subvalorização dos parâmetros associados e, consequentemente, para a não subvalorização da componente qualidade ambiental no seu cômputo geral. A reabilitação de infraestruturas no âmbito dos Eixos Prioritários 6 e 7 constitui-se uma oportunidade com potencial para a redução/eliminação de riscos tecnológicos. Contudo os objetivos específicos não fazem referência a este potencial não sendo possível avaliar se de facto os projetos selecionados terão também como critério a suscetibilidade dos mesmos.
Oportunidades									
Maior preocupação e consciencialização ao nível nacional e internacional para os riscos associados a fenómenos naturais potenciados pelas alterações climáticas									As oportunidades identificadas não foram internalizadas no POR Lisboa, no entanto considera-se pertinente ressaltar que esta temática será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (tal como é referido no Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio)
Elaboração de instrumentos de prevenção e minimização de riscos									
Potencial produtivo do solo para culturas agrícolas, associando rendimento, minimização de riscos, novas vivências urbanas e recreação e lazer									
Ameaças									
Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo									Esta questão não foi internalizada no POR Lisboa, no entanto considera-se pertinente ressaltar que esta temática será alvo de foco no PO SEUR (tal como é referido no Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio)
Incremento das vulnerabilidades, perigosidades e riscos ambientais, como o risco sísmico, ou associados às alterações climáticas									
Aumento descontrolado da atividade turística e de lazer e recreio, designadamente na faixa litoral e nas áreas rurais e florestais, promovendo o aumento da construção urbana e de infraestruturas em áreas sensíveis									O Eixo Prioritário 4, especificamente no que concerne à qualidade ambiental, é avaliado tendo em consideração o contributo para a redução das emissões de poluentes atmosféricos – uma das componentes consideradas para cálculo da Qualidade Ambiental do ISDR. Relativamente ao Eixo Prioritário 4, o OE6.5.1 “Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas” contribui para componente “qualidade do crescimento urbano “ da Qualidade Ambiental (do ISDR) da Região, contribuindo para a não subvalorização dos parâmetros associados e, consequentemente para a não subvalorização da
Restrições orçamentais no domínio do ambiente, decorrentes da conjuntura socioeconómica, com consequente subvalorização dos parâmetros de qualidade ambiental									

AValiação EX-ANTE E AValiação AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA OPERACIONAL DE LISBOA
Aviação Ambiental Estratégica

SWOT	Eixos Prioritários do POR Lisboa								Observações/Síntese
	1	2	3	4	5	6	7	8	
									componente qualidade ambiental no seu cômputo geral.
Problemas crescentes de poluição / salinização dos solos e dos recursos hídricos da Região									
Incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldades de associação entre investimento público e privado									Relativamente ao Eixo Prioritário 8, o OE6.5.1 “Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas” contribui assim nomeadamente para componente “qualidade do crescimento urbano “ da Qualidade Ambiental (do ISDR) da Região, contribuindo para a não subvalorização dos parâmetros associados e, consequentemente para a não subvalorização da componente qualidade ambiental no seu cômputo geral. A reabilitação de infraestruturas no âmbito dos Eixos Prioritários 6 e 7 constitui-se uma oportunidade com potencial para a redução/eliminação de riscos tecnológicos. Contudo os objetivos específicos não fazem referência a este potencial não sendo possível avaliar se de facto os projetos selecionados terão também como critério a suscetibilidade dos mesmos.
Crescente inoperacionalidade dos instrumentos públicos de apoio à reabilitação urbana do parque habitacional privado e não elegibilidade destas intervenções no âmbito dos fundos comunitários									Relativamente ao Eixo Prioritário 8, o OE6.5.1 “Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas” contribui assim nomeadamente para componente “qualidade do crescimento urbano “ da Qualidade Ambiental (do ISDR) da Região, contribuindo para a não subvalorização dos parâmetros associados e, consequentemente para a não subvalorização da componente qualidade ambiental no seu cômputo geral. A reabilitação de infraestruturas no âmbito dos Eixos Prioritários 6 e 7 constitui-se uma oportunidade com potencial para a redução/eliminação de riscos tecnológicos. Contudo os objetivos específicos não fazem referência a este potencial não sendo possível avaliar se de facto os projetos selecionados terão também como critério a suscetibilidade dos mesmos.
Degradação de áreas infraestruturadas e/ou alvo de investimentos para o desenvolvimento, devido a quebras da procura e alteração de expectativas, devido à conjuntura atual									Relativamente ao Eixo Prioritário 8, o OE6.5.1 “Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas” contribui assim nomeadamente para componente “qualidade do crescimento urbano “ da Qualidade Ambiental (do ISDR) da Região, contribuindo para a não subvalorização dos parâmetros associados e, consequentemente para a não subvalorização da componente qualidade ambiental no seu cômputo geral.
Incremento da dificuldade de acesso ao mercado habitacional com um aumento das situações de sobreocupação de fogos ou de construção de habitações precárias, nomeadamente por parte de grupos socioeconómicos mais fragilizados									

Legenda:

Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa

Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa

Elementos insuficientes para avaliar

Âmbito de PO Temático

Não aplicável / sem relação

4.5.2 Tendências de Evolução sem a elaboração do POR Lisboa

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da Região de Lisboa na ausência da implementação do POR Lisboa de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados.

Considerando a atual situação relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos e dissonâncias ambientais, prevê-se que sem a implementação do POR Lisboa se mantenha uma tendência negativa no que respeita à não internalização das mesmas nos projetos apoiados, contribuindo assim potencialmente para a ocorrência e/ou agravamento dos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos bem como ocorrência de dissonâncias ambientais (e.g. depósito ilegal de resíduos).

Ao nível da resiliência e adaptação às alterações climáticas, prevê-se que sem a implementação do POR Lisboa se mantenha também uma tendência ligeiramente negativa no que respeita à capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas da Região de Lisboa uma vez que serão mantidas as condições para a concretização das ameaças identificadas nos elementos de caracterização e diagnóstico.

Não obstante a prossecução de intervenções e estratégias ao nível dos riscos e das Alterações Climáticas (resiliência e adaptação) no âmbito de outros instrumentos, há sempre intervenções e ações que só poderão ser concretizadas no âmbito do POR e que ao não terem em consideração essas questões acabarão por conflitar ou não contribuir para uma estratégia e intervenção consolidadas nessas vertentes.

Em síntese, perspetiva-se que a evolução das componentes associadas aos riscos naturais, tecnológicos e mistos e resiliência e adaptação às Alterações Climáticas se apresente tendencialmente negativa.

4.6. ELEMENTOS TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE

Para além dos FCD assumidos na presente avaliação ambiental existem outros elementos considerados como componentes intrínsecas e fundamentais no domínio da sustentabilidade de um território, mas que se revestem de um carácter de transversalidade relativamente aos diversos FCD identificados como significativos e estratégicos. Deste modo, e com o propósito de dotar o processo de avaliação de uma maior adequabilidade e especificidade, assume-se como incontornável no contexto territorial, socioeconómico e ambiental da Região a abordagem transversal dos elementos associados à capacitação e à governação.

Neste contexto, esta análise diferenciada desses elementos (cujos dados de base resultam maioritariamente de indicadores presentes nos FCD anteriormente definidos) pretende constituir-se como um complemento em termos de análise mais descritiva e qualitativa, permitindo não só refletir de um modo direcionado a influência e efeitos que o POR terá ao nível da sustentabilidade, mas incidir diretamente em elementos que se consideram

determinantes para o sucesso da sua implementação, cumprimento dos seus objetivos e sustentabilidade da Região, no sentido de validar a análise apresentada sobre as opções estratégicas assumidas ao longo do processo de planeamento.

A atual proposta do POR Lisboa concretiza a estrutura e abordagem prevista para a capacitação e governação do POR, para as fases subsequentes da sua execução e implementação. São patentes ao longo de diversos elementos, como a Abordagem Integrada de Desenvolvimento Territorial (Secção 4) e a identificação e descrição das Autoridades e Organismos responsáveis pela Gestão, pelo Controlo e pela Auditoria, e papel dos parceiros relevantes (Secção 7), as estruturas e entidades envolvidas, bem como as cadeias de governação do POR, afigurando-se adequadas. Contudo perspectiva-se que a carga e responsabilidades assumidas pela ADC nesse âmbito, e considerando todo o universo dos PO, será elevada. Adicionalmente, considera-se que será possível analisar convenientemente a adequabilidade da estrutura de capacitação e governação propostas, se identificadas e especificados os instrumentos, métodos, ferramentas, plataformas e procedimentos a integrar e funcionar, que servirão para concretizar de facto a abordagem de governação proposta. De igual modo, esta pormenorização e definição clara permitirá compreender e analisar a adequabilidade da forma como é promovida e assegurada a articulação com as estratégias e objetivos de capacitação e governação estabelecidas no âmbito dos PO temáticos que se cruzam / são transversais.

Assim, propõe-se que esta análise e avaliação seja desenvolvida em sede do primeiro relatório de monitorização da AAE (na fase de seguimento) após a realização dessas atividades e concretização dessa estrutura e envolvimento com o restante Grupo de Acompanhamento, e outros agentes envolvidos e com intervenção.

Neste sentido, serão analisados, entre outros aspetos, a forma, articulação, capacitação e estrutura de operacionalização do POR e cadeias de programação e a sua capacidade para assegurar o cumprimento, eficiência e eficácia da sua própria operacionalização, em especial porque a ineficiente articulação entre os agentes envolvidos (diferentes entidades com diferentes escalas de intervenção e tutela no território abrangido) poderá constituir-se um entrave na adoção/definição de estratégias, dadas as diferentes pretensões que assumem para o mesmo território e incompatibilidades em termos de prioridades/objetivos.

5. QUAIS OS EFEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO POR LISBOA E QUE RECOMENDAÇÕES DEVEM SER INTEGRADAS?

O Quadro 5.1 apresenta a síntese descritiva dos principais efeitos previstos e das recomendações que estes suscitaram, quer no sentido de potenciar oportunidades / efeitos positivos que resultarão do POR, quer com o objetivo de minimizar ou eliminar potenciais efeitos negativos.

Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Competitividade e I&D&I”	
Efeitos Positivos: ▪ Contributo para o aumento da investigação científica e desenvolvimento tecnológicoecoinovador e ecoeficiente. ▪ Contributo para a redução de custos associados a consumos e perdas de matérias, reduzindo a necessidade de utilização de recursos naturais, nomeadamente água e energia, preservando assim o ambiente. ▪ Contributo para a capacitação das empresas para criar e inovar, uma vez que a ecoeficiência está em grande medida, vinculada à criatividade e inovação no desenvolvimento de produtos, sendo um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento, podendo gerar um grande retorno económico para a Região. ▪ Contributo para a criação de valor associado ao desenvolvimento de soluções e aplicações tecnológicas, ligadas à inovação e empreendedorismo, com efeito positivos no turismo sustentável. ▪ Contributo para a preservação e valorização da identidade histórico-cultural e do potencial económico e social das regiões, numa perspetiva de elemento dinamizador de outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração, os transportes e como contributo para a economia do conhecimento. ▪ Contributo para a congregação da atividade científica e tecnológica, sistemas produtivos inovadores, indústrias criativas, produção de conhecimento e competências e dinamismo cultural e artístico, numa lógica de majoração de benefícios mútuos e de afirmação de uma imagem atrativa da Região. ▪ Contributo para a entrada no mercado de tecnologias e produtos respeitadores do ambiente e aumento dos rótulos ecológicos. ▪ Oportunidade para promover a economia hipocarbónica e eficiente na utilização da energia e outros recursos, tendo em vista a preservação do ambiente.	Não existem recomendações.
FCD “Qualificação Territorial e Eficiência Energética”	
Efeitos positivos: ▪ Considerando as tipologias de ações previstas, designadamente o incentivo ao uso dos transportes públicos e dos modos suaves (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), bem como a criação de corredores próprios uni ou multimodais, e a implementação de Planos Intermunicipais de Mobilidade Sustentável, perspetivam-se efeitos claramente positivos, prevendo-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis por parte dos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climáticos extremos, melhorando a qualidade do ar ambiente, ruído, e incentivando a prática de desporto e atividades de lazer que trazem consequências positivas para a saúde humana e qualidade de vida em termos gerais.	▪ Não existem recomendações

Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
Efeitos positivos: ■ Considerando as tipologias de ações previstas perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos nos edifícios públicos, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração, sistemas eco-eficientes de iluminação, criação inovadora de redes urbanas de energia térmica (RUTE), auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem os efeitos positivos já referidos a nível energético. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. ■ Considerando as tipologias de ações previstas perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, através da implementação prevista de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	■ Não existem recomendações
Efeitos Positivos: ■ Considerando as tipologias de ações previstas, designadamente, a recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas atividades económicas, a recuperação e qualificação do espaço público e espaços verdes urbanos, a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos, perspetivam-se efeitos positivos ao nível do bem-estar e qualidade de vida, do desenvolvimento económico e competitividade mediante a utilização de espaços obsoletos, bem como ao nível da valorização paisagística e turística dos espaços requalificados. ■ Perspetiva-se a redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos, através da aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, equipamentos de microgeração, sistemas eco-eficientes de iluminação, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, aquisição de capacidade de produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirá também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.ex., emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas. ■ Perspetivam-se efeitos positivos ao nível qualificação dos edifícios, espaços e rede de equipamentos inseridos no território, através da preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais e naturais, permitindo a promoção turística e desenvolvimento social e económico da Região. ■ Perspetivam-se efeitos positivos para a qualidade do ar e celeridade na resposta a situações de excedência dos valores limite, capacitando assim o território de ferramentas que preservem as condições ambientais, e promovam o desenvolvimento turístico, bem-estar da comunidade e qualidade de vida.	■ Ponderar a inclusão, nos princípios orientadores para a seleção de operações da PI 6.5, do seguinte princípio: Nos casos aplicáveis, valorizar as operações que promovam a eficiência energética e boas práticas ambientais. ■ Na PI 9.8 deverá ser explicitada a possibilidade de, no âmbito dos Programas de Regeneração e Revitalização Urbana, ser possível a articulação das ações elegíveis com ações para a melhoria da eficiência energética no setor habitacional social, previstas na PI 4.3., tal como referido na secção 4.2 – Abordagens Integradas para o Desenvolvimento urbano sustentável

Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
Efeitos Positivos: Perspetiva-se a redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos, através da aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, equipamentos de microgeração, sistemas eco-eficientes de iluminação, criação inovadora de redes urbanas de energia térmica (RUTE), introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, aquisição de capacidade de produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirá também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.ex., emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas.	- Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, associado à criação de uma plataforma online de comunicação / recolha de dados (indicadores) com os promotores dos projetos. Para a operacionalização e funcionalidade da plataforma e do sistema de monitorização deve ser definido como obrigatório (em sede do regulamento do POR) o reporte e inserção e comunicação dos dados de base por parte dos promotores. - Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, e de indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.
FCD “Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais”	
Efeitos Positivos: - Estimular a integração do ambiente natural e valores com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar). - Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais.	Estimulo do interesse e participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional.
Efeitos Positivos: - Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. - Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais.	Promoção da afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou de renaturalização.
Efeitos Negativos: Construção e localização de edifícios e infraestruturas que poderão surtir efeitos negativos na biodiversidade em resultado de perturbações, destruição e fragmentação de habitats e das populações de fauna e flora.	Ponderar a inclusão, nos princípios orientadores para a seleção de operações da PI 6.5, do seguinte princípio: Nos casos aplicáveis, valorizar as operações que promovam a eficiência energética e boas práticas ambientais.
Efeitos Positivos: - Prevêem-se efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através do controlo da poluição e gestão eficiente dos recursos endógenos, mas também pela valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas. - Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor. - Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um <i>continuum naturale</i> em todo o território.	- As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado. - Definição dos mecanismos específicos de gestão articulada e cruzamento entre dados de base e temáticas partilhadas com os PO temáticos (em particular o POSEUR, uma vez que este terá ações concretas associadas à EEM e de ações de recuperação funcional e estrutural de áreas sensíveis terrestres e marinhas e valorização dos serviços dos ecossistemas) que permitam o cruzamento dos diversos critérios de seleção e a sua representação espacial, auxiliando a tomada de decisão.

Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social Efeitos Positivos: ▪ O apoio à formação e capacitação de gestores e ativos nas empresas poderão representa uma oportunidade de melhoria do conhecimento dos aspetos legais e regulamentares dos sistemas de gestão ambiental a que as empresas deverão responder, contribuindo para uma eficácia integrada da inovação das mesmas. ▪ Oportunidade para aumentar a formação e sensibilização ambiental. ▪ A sensibilização de crianças e jovens para a prática de estilos de vida saudável contribui positivamente para o consumo informado e responsável e para a adoção de comportamentos mais sustentáveis. ▪ A prioridade de investimento no apoio à produção de produtos locais de qualidade e à criação de circuitos curtos e mercados locais bem como a promoção da economia local permite aumentar o conhecimento/formação na área do ambiente e na sustentabilidade dos recursos naturais. ▪ A aposta na melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação e formação representa uma oportunidade para apostar fortemente na educação ambiental dos alunos/jovens, sendo este um fator crucial para a mudança de comportamentos e atitudes que conduzam as pessoas a participar ativamente não só na resolução dos problemas ambientais como numa forma de viver mais sustentável. ▪ Oportunidade de reforço de cursos relacionados com a gestão ambiental, tendo em consideração que as empresas têm responsabilidades na geração de riqueza como na proteção do ambiente, sendo fundamental dispor dos meios técnicos, humanos e financeiros que garantam a minimização e controlo dos impactes provocados pelas empresas e/ou entidades. ▪ Aumento do emprego e diminuição da população em risco de pobreza e exclusão social.	▪ Não existem recomendações.
FCD “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas” Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos ao nível da regeneração física de zonas desfavorecidas, de áreas industriais, de infraestruturas de ensino secundário reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de internalização de princípios de prevenção dos riscos naturais, mistos e/ou tecnológicos em projetos apoiados no âmbito da criação de empresas, nomeadamente se estes projetos visam a construção de infraestruturas. ▪ Oportunidade de, através dos projetos apoiados no âmbito da produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, gerar conhecimento e mais-valias no que concerne à temática Riscos nomeadamente ao nível tecnológico. Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de promover a qualidade do ar através dos projetos apoiados no âmbito da eficiência energética. ▪ Possibilidade de resolução de situações de ruído e poluição do ar, associada às ações e princípios orientadores para as ações a desenvolver no âmbito da mobilidade regional.	▪ Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo POR Lisboa, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas, e a articulação na governação entre o PO regional e o respetivo PO temático. ▪ Reforçar a internalização do princípio do desenvolvimento sustentável de forma transversal, contemplando na Secção 11.1 do POR Lisboa a seguinte medida, em coerência com o definido no Acordo de Parceria: integrar na seleção de projetos, quando relevante, critérios no domínio da mitigação e adaptação às alterações climáticas, prevenção de catástrofes e prevenção e gestão de riscos ▪ Não existem recomendações.

Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos mistos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	▪ Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e risco tecnológico (e.g. “a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico”) e “as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto”).
Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de eliminar dissonâncias ambientais identificadas, através das ações apoiadas no âmbito do POR Lisboa para valorização dos valores naturais da Região.	▪ Não existem recomendações.
Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.	▪ Valorização dos projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável, através da utilização racional dos materiais, com o respeito pelos ciclos naturais do ar e da água, com o recurso a estratégias passivas de produção de energia e com a gestão e reciclagem de lixo, contribuindo ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às AC.
Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de promover comportamentos adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais, contribuindo para a não ocorrência de dissonâncias ambientais.	▪ Inclusão de orientações no sentido de promover a educação e sensibilização dos visitantes nos projetos apoiados no âmbito das ações de promoção, proteção e valorização da biodiversidade. Os projetos de promoção, proteção e valorização da biodiversidade, sempre que possível e pertinente, devem incluir ações de educação e sensibilização (e.g. atividades de promoção das ações implementadas, ao nível das escolas, dos meios de comunicação), destacando a(s) sua(s) potencialidade(s) e necessidade de salvaguarda) de modo a potenciar a consciencialização da população para as mais-valias nomeadamente ao nível dos serviços prestados pelos ecossistemas.
Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas no âmbito do POR Lisboa para valorização do Património Natural e ações de valorização da estrutura ecológica metropolitana. ▪ Oportunidade de gerar conhecimento e consequentemente mais-valias nomeadamente de base tecnológica de alto valor acrescentado no que concerne à dotação da Região de Lisboa de uma maior capacidade de adaptação e resiliência perante fenómenos associados às AC.	▪ Não existem recomendações.
Efeitos Positivos: ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da regeneração física de zonas desfavorecidas, de áreas industriais, de infraestruturas de ensino secundário reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	▪ Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Lisboa com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, nomeadamente no âmbito da gestão da AIDUS.
▪ Esta recomendação é de caráter geral e transversal a todos os FCD e resulta sobretudo, no que respeita ao FCD “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas” da inexistente informação referida no Capítulo 6.5.3 (Situação Atual) e que impossibilitou compreender se o anterior POR Lisboa contemplou a internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação dos riscos naturais, tecnológicos e mistos e dissonâncias ambientais, bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.	▪ Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 2007-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Lisboa, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Lisboa se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.

6. O QUE ACONTECE APÓS A APROVAÇÃO DO POR LISBOA?

Com a entrada em vigor do POR Lisboa, inicia-se a Fase 3 do processo de AAE, de Seguimento. Esta etapa requer que a entidade gestora do POR adote as medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, nomeadamente a execução da avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação /execução da revisão do plano, verificando se estão a ser adotadas as medidas constantes na Declaração Ambiental.

Assim, são utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no Relatório Ambiental (RA), e que se devem articular em dois níveis de atuação:

- O da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise – Monitorização Regional (Quadro 6.1);
- O da monitorização da implementação das conclusões emanadas do RA (do ponto de vista dos efeitos negativos e positivos identificados, bem como das recomendações) – Monitorização Estratégica.

A entidade gestora do POR deverá proceder à divulgação, periódica mínima anual, dos resultados do controlo, de acordo com a legislação em vigor, com entrega de relatórios de monitorização à Agência Portuguesa de Ambiente (APA) e que deverão igualmente ser disponibilizados ao público em geral.

O sistema de indicadores apresentados deve ser articulado o melhor possível com o próprio sistema de indicadores de monitorização do POR. Neste sentido, foram integrados indicadores de realização e resultado do POR Lisboa e outros do âmbito do PO SEUR (devidamente assinalados na legenda do Quadro 9.1.), que em número bastante restrito, são formulados de acordo com regras definidas pelos Regulamentos Comunitários e de acordo com orientações de normalização de nível nacional. Assim o sistema de indicadores da AAE deverá constituir-se como um sistema complementar também ao do próprio POR, e desta forma o POR assegurará a definição, para cada um dos Objetivos Específicos/Prioridades de Investimento, de um conjunto de indicadores de monitorização e avaliação mais enriquecedores que procuram assegurar as dimensões operacionais e estratégicas de Gestão, Acompanhamento e Avaliação do POR Lisboa, nomeadamente no âmbito da Avaliação Ex-ante e Avaliação Ambiental Estratégica.

Quadro 6.1 - Indicadores de monitorização ou seguimento para a área de intervenção do POR Lisboa, no âmbito da AAE

Designação do Indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fontes de Informação
Competitividade e I&D&I			
Intensidade turística	(Dormidas estabelecimentos hoteleiros/ (n.º hab*365 dias) *100)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Emprego gerado pelas empresas apoiadas no setor do turismo e indústrias criativas (n.º)	Contabilização do número de postos de trabalho gerados pelas empresas apoiadas no setor do turismo e indústrias criativas. Informação a solicitar às empresas financiadas.	Anual	SI POR Lisboa
Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3	[Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo/ Empresas com 10 e mais	Bienal	INE

AValiação EX-ANTE E AValiação AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA OPERACIONAL DE LISBOA
Avaliação Ambiental Estratégica

Designação do Indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fontes de Informação
B a H, J, K, M, Q com atividades de inovação de processo (%) e tipo de inovação implementada	pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação (tecnológica e não tecnológica]*100		
Participação das atividades económicas, por CAE, na formação do VAB Regional, com especial foco para os setores emergentes na Região de Lisboa (turismo, economia azul, serviços de saúde e indústrias culturais) (%)	Contabilização da percentagem de participação das atividades económicas no VAB Regional.	Anual	INE; SI POR Lisboa
Empresas criadas em áreas de ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais (n.º; %)	Contabilização do número de empresas criadas que cumprem os critérios de elegibilidade associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores do turismo da natureza, pesca, mar, agricultura, silvicultura)	Anual	SI POR Lisboa
Postos de trabalho criados em áreas de ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais (n.º)	Contabilização do número de postos de trabalho criados por empresas apoiadas, associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores do turismo da natureza, pesca, mar, agricultura, silvicultura)	Anual	Empresas apoiadas; SI POR Lisboa
Qualificação Territorial e Eficiência Energética			
Redução do consumo de energia elétrica na habitação (%) ⁶ **	Percentagem de redução do consumo anual de energia na habitação com medidas de eficiência energética atribuídas no âmbito do POR Lisboa. Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado. <i>A atual meta associada a este indicador é de reduzir o consumo de energia primária na habitação em 14% até 2016, conforme definido no PNAEE.</i> <i>Adicionalmente, o POR Lisboa propõe atingir até 2023:</i> <i>- 2400 agregados familiares com consumo energético melhorado.</i> <i>(Todavia esta meta encontra-se em revisão e deve ser alterada em conformidade com a definido no POR Lisboa)</i>	Anual	INE, DGEG
Redução do consumo energético nas empresas (% Erro! Marcador não definido.)**	Percentagem de redução do consumo anual de energia conseguido no total de empresas sujeitas a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Lisboa. Número de empresas com consumo de energia melhorado. <i>A meta associada a este indicador será de reduzir o consumo energético nas empresas em 6% até 2016, conforme definido no PNAEE.</i> <i>Adicionalmente, o POR Lisboa propõe atingir até 2023:</i> <i>- 497.305 tep de consumo regional de energia final;</i> <i>- 157 empresas com consumo de energia melhorado.</i>	Bienal	INE, DGEG
Certificados energéticos emitidos por classe energética (%) ² *	Percentagem do número de habitações sociais com certificado energético emitido por classe energética face ao total de habitações sociais. <i>O POR Lisboa propõe atingir até 2023:</i> <i>- 15% dos fogos de habitação social com certificação energética.</i>	Anual	ADENE
Redução do consumo de energia primária na administração regional e local (%)**	Percentagem de redução do consumo anual de energia dos edifícios da administração pública (regional e local) alocados a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Lisboa. <i>A meta associada a este indicador será de reduzir em 30% o consumo de energia primária na administração regional e local até 2016, conforme definido no PNAEE.</i> <i>Adicionalmente, o POR Lisboa propõe atingir até 2023:</i> <i>- 592.521 MWh de consumo regional de energia primária;</i> <i>- Redução de 5000 MWh/ano (2,05% edifícios);</i> <i>- Redução de 5000 MWh/ano (1,16% iluminação pública).</i>	Anual	INE, DGEG
Evolução da potência instalada de microprodução de energia em edifícios (% Erro! Marcador não definido.)*	Potência instalada acumulada de sistemas de microgeração de energia elétrica em edifícios no âmbito do POR Lisboa.	Bienal	ADENE Agências Regionais ou Municipais de Energia Website "Renováveis na Hora"

⁶ Relativamente ao valor de referência da situação atual presente no RA.

AVALIAÇÃO EX-ANTE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA OPERACIONAL DE LISBOA
Avaliação Ambiental Estratégica

Designação do Indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fontes de Informação
Implementação de modos suaves (n.º projetos, km, €)	Número de projetos aprovados pelo POR Lisboa para capacitação infraestrutural de modos suaves de transporte e mobiliário urbano de apoio. Referenciar também quilómetros construídos (se aplicável) e montante investido. <i>O POR Lisboa propõe atingir até 2023:</i> <i>- 60.000 metros de vias dedicadas a modos suaves.</i>	Bienal	SI POR Lisboa
Projetos de reforço da intermodalidade nos transportes públicos (n.º projetos, €)	Número de projetos aprovados pelo POR Lisboa e montante de investimento aprovado para reforço da intermodalidade entre os diversos transportes públicos e entre estes e os modos suaves.	Bienal	SI POR Lisboa
Emissão de GEE por setor (t-GEE/ano ; %)	Toneladas de GEE emitidas por ano na Região e percentagem correspondente por setor de atividade (Produção e Transformação de Energia, combustão na indústria, pequena combustão – residencial, comércio e serviços, processos industriais, uso de solventes, transportes, gestão de águas residuais e resíduos, e agricultura.	Bienal	APA
Redução da emissão de GEE em projetos de promoção da mobilidade ecológica (kg-GEE/km ; kg-GEE/hab ; kg-GEE/ano)	Redução específica de GEE atingida em projetos aprovados que promovem a mobilidade ecológica.	Bienal	SI POR Lisboa
Projetos de monitorização, de melhoria da qualidade do ar e/ou redução do ruído em ambiente urbano (n.º projetos, m ² , €)**	Número de projetos e montante de investimento aprovado que promovam a melhoria da qualidade do ar ou redução do ruído. <i>O POR Lisboa propõe atingir até 2023:</i> <i>- Zero excedências aos valores limite dos parâmetros relativos à qualidade do ar ambiente.</i> <i>- 50 equipamentos de monitorização da qualidade do ar.</i>	Anual	CCDR LVT APA IMT
Espaços verdes urbanos construídos ou requalificados (m ²)**	Área de espaços verdes urbanos criados ou reabilitados.	Bienal	SI POR Lisboa
Espaços criados ou reabilitados em áreas urbanas (m ²) **	Área de espaços novos criados ou já existentes reabilitados.	Anual	SI POR Lisboa
Áreas industriais degradadas sujeitas a recuperação (n.º, m ² , % ⁷)*	Percentagem ou área industrial degradada sujeita a recuperação ou reconversão.	Anual	SI POR Lisboa
População abrangida por operações de regeneração urbana (n.º ⁸)*	População abrangida por programas de reabilitação física, socioeconómica e social <i>O POR Lisboa propõe atingir até 2023:</i> <i>- 50% da população integrada em áreas desfavorecidas sujeitas a programas de reabilitação física, económica e social.</i>	Anual	SI POR Lisboa
Valores naturais, patrimoniais e culturais			
Área intervencionada face à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica (ha; %)**	Contabilização da área intervencionada em relação à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica regional. Cálculos desenvolvidos através da diferença dos valores obtidos.	Anual	ICNF; SI POR Lisboa
Densidade de espécies presentes com estatuto de proteção e melhoria do seu estado de conservação (nº/ha)	Número de indivíduos de cada espécie presente, por unidade de conservação, com estatuto de proteção ou melhoria do seu estado de conservação. Indicador a calcular pela entidade.	Bienal	ICNF
Projetos com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas presentes (n.º, ha, €)	Contabilização do número, área correspondente e/ou custo dos projetos aprovados com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas. Indicador a calcular pela entidade.	Anual	ICNF; SI POR Lisboa
Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação, no âmbito da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000 (ha e outras áreas classificadas)	Contabilização da área/superfície ocupada pelos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação, decorrentes da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000. Indicador a calcular pela entidade.	bienal	ICNF

⁷ Relativamente à área total ou número de áreas degradadas ou abandonadas identificadas em sede de RA (p.e. áreas industriais).

⁸ Relativamente à área total ou número de habitantes residentes nas áreas de reabilitação urbana degradadas ou abandonadas identificadas em sede de RA.

Designação do Indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fontes de Informação
Evolução do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (n.º) **	Contabilização do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados.	Anual	SI POR Lisboa; DGPC
Ações de animação, valorização e promoção dos elementos culturais com elevado interesse turístico (n.º)	Contabilização do número de ações de animação, valorização e promoção dos elementos culturais com elevado interesse turístico.	Anual	CCDR LVT; SI POR Lisboa; DGPC
Ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção, conservação e restauro do património cultural existente (n.º);	Contabilização do número de ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção, conservação e restauro do património cultural presente/existente.	Anual	CCDR-LVT; SI POR Lisboa; DGPC

Legenda:

*Indicadores provenientes da fonte de informação referida (referenciais estratégicos ou estatísticos)

**Indicadores provenientes das Cadeias de Programação do POR Lisboa, associados às Prioridades de Investimento definidas

***Indicadores provenientes das Cadeias de Programação do PO SEUR, associados às Prioridades de Investimento definidas

****O apuramento dos indicadores selecionados deverá ser aplicado sempre que considerado pertinentes, isto é, apenas em tipologias de projetos materiais e em determinadas ações. (importa, neste sentido, referir que não é possível à data de elaboração do presente relatório ambiental analisar as tipologias de projeto por eixo estratégico uma vez que as mesmas não se encontram disponíveis, nem as ações dado que não apresentam nesta fase o detalhe necessário à análise, em termos de critérios de avaliação e regulamentos).

7. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

Uma análise integrada dos efeitos positivos e negativos e das recomendações associadas às apostas estratégicas do POR Lisboa demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) alvos de avaliação, sendo, não obstante, importante salvaguardar uma série de considerações e recomendações no âmbito da versão final do POR, em particular para a sua fase de implementação, regulamentação e execução, que se considera que consolidarão o Programa e reforçarão as questões associadas à salvaguarda da sustentabilidade e de uma estratégia integrada (nomeadamente com outros PO temáticos nacionais) para o desenvolvimento da Região e do País. Neste contexto, e numa análise estruturada por FCD, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Competitividade e I&D&I

As opções estratégicas do POR Lisboa assentam no investimento nas infraestruturas do Sistema Científico da Região e das respetivas capacidades de inovação e investigação (consolidação e organização, transferência de conhecimento para as empresas, inserção em redes internacionais, criação de novos produtos e novos processos), bem como no reforço e promoção da competitividade do tecido empresarial, visando promover uma maior diversificação das PME dentro dos setores chave para a Região de Lisboa, a sua qualificação e internacionalização, bem como uma maior participação no processo de crescimento e de inovação a valorização do património cultural enquanto recurso de elevado valor e potencial para a economia (indústria criativa).

Neste sentido, considera-se que as prioridades de investimento apresentadas constituem uma oportunidade para o crescimento verde e azul, associado ao ambiente e ao mar, respetivamente, assente no desenvolvimento das oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, da investigação e inovação, da transferência de tecnologia, na ecoeficiência das empresas, processos, serviços e produtos.

É fundamental a aposta do POR Lisboa de valorizar e orientar que os projetos e investimentos que tenham em conta o caráter ecoinovador das iniciativas com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis e reforce os mecanismos que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação.

Qualificação Territorial e Eficiência Energética

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, verificou-se que os conteúdos disponibilizados pelo POR Lisboa apresentam apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução consideravelmente positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do

parque edificado público e privado, demonstrando capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico, através da pretensão de aprovação de projetos e ações que prometem potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos, bem como a promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção, demonstrando-se assim concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitários associadas a estas matérias. Constata-se, também, uma preocupação em promover a intermodalidade e a otimização dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização e a redução do congestionamento gerado pelo transporte individual.

No que se refere à qualificação territorial, o POR Lisboa dispõe de apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano, demonstrando discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.ex., zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação pela deposição não controlada de resíduos. A integração de princípios orientadores para as ações a desenvolver que integram e definem como fundamentais a inclusão de boas práticas ambientais e a consideração por questões associadas às alterações climáticas e uso eficiente de recursos endógenos e eficiência energética é também fundamental.

Valores naturais, patrimoniais e culturais

Considera-se, no âmbito do presente FCD que o PO reconhece a ameaça potencial inerente ao desenvolvimento das atividades económicas, promovendo inclusivamente o consumo de recursos e a alteração/destruição dos ecossistemas presentes. Considera ainda que a sua gestão e valorização constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável, pelo que as recomendações apresentadas neste âmbito surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático correspondente. Não obstante é patente a aposta na consolidação da Estrutura Ecológica Metropolitana e na valorização, salvaguarda e concretização das questões e proveitos associadas aos serviços dos ecossistemas.

Desta forma, assume-se que a implementação do POR proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valoração.

Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social

A implementação do POR Lisboa contribui de forma positiva e significativa para o Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social através das prioridades de investimento de promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Além disso, o reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais.

No entanto, e apesar de não serem identificados efeitos negativos, o POR poderá reforçar a importância da formação ambiental com vista a um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente, sobretudo, a qualidade de vida da população.

Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

Apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do POR Lisboa não contemplar uma abordagem direta ao nível do nível dos riscos, exceto no que respeita às dissonâncias ambientais, perspectiva-se uma evolução positiva neste domínio nomeadamente através das recomendações efetuados no âmbito deste FCD e que se prendem de forma geral com a internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos. Todavia considera-se que esta articulação e salvaguarda deve estar claramente identificada na Abordagem Integrada de Desenvolvimento Territorial.

Relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspectiva-se uma evolução positiva neste domínio nomeadamente através das recomendações efetuados no âmbito deste FCD e que se prendem de forma geral com a internalização de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

As recomendações propostas pela AAE aplicam-se especialmente à fase de implementação do POR Lisboa, em particular aquando da elaboração dos seus regulamentos e acompanhamento, com vista a concretizar os objetivos de cada FCD e assegurar as questões ambientais e de sustentabilidade da AAE. A seleção de projetos que promovam a ecoinovação, o ecodesign, a ecoeficiência e a minimização dos riscos naturais, mistos e antropogénicos potenciam as oportunidades identificadas em diversos FCD. Consideram-se igualmente que devem ser reforçados e especificados os procedimentos e ferramentas de governação e articulação entre os diferentes PO, em particular com o POSEUR.

Por outro lado, a atual proposta do POR Lisboa integra já uma série de recomendações apresentadas em fases anteriores do processo de programação que consolidam uma estratégia mais sustentável para a região, em particular nos domínios da qualificação territorial e eficiência energética, que foram reforçados com a definição de critérios de seleção de candidaturas que permitiram priorizar e garantir o cumprimento dos respetivos objetivos.

É importante estimular o interesse a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural bem como a formação ambiental, como forma de combater o défice de conhecimento nessa área. Estas recomendações aplicam-se essencialmente aos Eixos e OE cujo âmbito mais diretamente influi sobre as questões de sustentabilidade da Região, e os potenciais efeitos ambientais que o POR poderá ter, no sentido da forma como contribuirá para salvaguardar, reforçar, potenciar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável, não obstante alguns domínios ambientais mais específicos estarem enquadrados nos respetivos PO temáticos.

Em suma, a proposta de POR Lisboa assume-se como bastante positiva, assegurando as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um importante contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.